

Impacto das Avaliações de Curso do INEP como Instrumento de Governança nas IES no Brasil

Alessandro Marco Rosini¹

Núcleo de Estudos do Futuro - PUC SP

Alessandro.rossini@hotmail.com

José Flavio Messias

Centro Universitário ENIAC - NUPE

jflaviomessias@hotmail.com

Angelo Palmisano

angelopalmisano@uol.com.br

Data do recebimento do artigo: 03/02/2018

Data do aceite de publicação: 25/04/2018

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a percepção dos avaliadores que compõem o quadro de avaliadores do INEP, por meio de seus instrumentos avaliativos, tendo como base a concepção de boas práticas de Governança nas Instituições de Ensino Superior-IES. Desde a sua concepção em 2004, o SINAES é constituído por três processos: a avaliação dos cursos de graduação, a avaliação institucional e a avaliação do desempenho do estudante, o ENADE - e várias alterações foram realizadas ao longo do tempo, não só visando melhorias nos procedimentos, mas procurando atender também a complexa estrutura do ensino superior brasileiro, caracterizada pela expressiva expansão de cursos e ingressantes, sem contar a diversidade dos perfis das IES existentes. Foram elaboradas questões sobre os instrumentos avaliativos, disponibilizadas por meio de um formulário eletrônico no Google Docs e encaminhado para um banco de dados de avaliadores do Inep que para opinarem sobre o papel dos indicadores como instrumento de melhoria da qualidade do ensino, gestão e controle, que caracterizam a Governança. A contribuição do estudo se dá de forma qualitativa sobre a percepção dos avaliadores pesquisados a respeito daquilo que contribui para a evolução da qualidade de ensino.

Palavras Chave: SINAES, Avaliação Institucional, Governança Corporativa, IES.

¹ Autor para correspondência Núcleo de Estudos do Futuro - PUC - SP 2011 • Rua Ministro de Godói, 969 - 4º andar - Bloco A - Sala 4E04 - Perdizes - CEP 05014-901 - São Paulo - SP.

Impact of Cours Assessments from INEP as Instrument in IES Governance in Brazil

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the perception of the evaluators who make up INEP 's evaluators' framework, through its evaluation tools, based on the conception of Good Governance practices in Higher Education Institutions (IES). Since its conception in 2004, SINAES has three processes: the evaluation of undergraduate courses, institutional evaluation and student performance evaluation, ENADE - and several changes were made over time, not only for improvement in the procedures, but also seeking to attend to the complex structure of Brazilian higher education, characterized by the expressive expansion of courses and enrollments, not to mention the diversity of existing HE profiles. Questions were elaborated on the evaluative instruments, made available through an electronic form in Google Docs and sent to a database of evaluators of the Inep who gave their opinions on the role of indicators as a tool to improve the quality of teaching, management and control, which characterize Governance. The contribution of the study is given qualitatively about the perception of the researched reviewers regarding what contributes to the evolution of teaching quality.

Key Words: SINAES, Institutional Evaluation, Corporate Governance, IES.

1 INTRODUÇÃO

O processo de globalização dos mercados caracteriza-se pela intensificação das relações sociais e econômicas, da expansão dos fluxos comerciais e de capitais em escala internacional, estabelecendo a padronização de produtos, consumo e de comportamento. Alicerçada pela rápida evolução tecnológica (informática, internet, redes sociais, robótica, mecatrônica, entre outros), esse processo aumenta significadamente a produtividade e estabelece um nível de concorrência extremamente elevado, envolvendo empresas multinacionais e até Estados nacionais, na busca de atrair investimentos e o estabelecimento de unidades produtivas em suas respectivas áreas geográficas.

A vantagem comparativa principal neste contexto é o conhecimento: novas tecnologias e materiais associadas a utilização de materiais já existentes, maximizando o resultado e reduzindo custos. A implementação de programas de qualidade, lastreados pelas tecnologias da informação e Comunicação (TIC's), permitem a análise de dados de forma sistemática para identificar novas oportunidades mercadológicas e de investimento, eventuais pontos críticos e buscar melhorias. ampliando dessa forma a participação das empresas no mercado.

Na educação, não pode ser diferente. Por um lado, a necessidade de mão de obra qualificada requer uma formação acadêmica bem sedimentada, procurando adaptar-se as crescentes exigências do mercado de trabalho, fazendo com que a educação superior, ganhe novas dimensões como espaço público para a formação e produção do conhecimento, seja na credibilidade em relação às contribuições para a inclusão social e emancipação humana, criando melhores condições de vida para todos; seja para aqueles que acreditam que é necessário superar essa dimensão, criando patamares de competitividade para a formação voltada para o sucesso no mundo dos negócios e do trabalho, aquecendo a demanda.

Por outro, vários grupos, visando atender essa demanda, reforçada pela ampliação da oferta de bolsas de estudo para financiar o ingresso de novos estudantes, aumentou e diversificou a oferta e a modalidade dos cursos superiores, através da aquisição e fusão de várias IES, alterou de forma significativa o status quo do mercado educacional brasileiro.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, foi instituído pela Lei 10.861/2004, de 14 de abril de 2004, tendo como objetivo estabelecer, de maneira sistêmica e global, um processo de avaliação bastante amplo, procurando integrar as dimensões internas e externas, tanto qualitativo como quantitativo dos objetos e objetivos da avaliação, que engloba três eixos: a avaliação dos cursos de graduação, a avaliação institucional e a avaliação do desempenho do estudante, o ENADE.

O presente artigo tem como objetivo analisar a percepção dos avaliadores que compõem o quadro de avaliadores do INEP, por meio de seus instrumentos avaliativos, tendo como base a concepção de boas práticas de Governança nas Instituições de Ensino Superior-IES.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o estabelecimento de um modelo de avaliação para o Ensino Superior no Brasil, deve-se partir da premissa da existência de uma enorme diversidade e complexidade que a envolve, tanto na dimensão institucional quanto sistêmica, o que requer a utilização de múltiplos instrumentos e a combinação de diversas metodologias em sua análise. Enfoques tanto quantitativos quanto qualitativos devem ser utilizados de forma combinada, proporcionando uma percepção abrangente do processo (INEP, 2009).

De modo especial, visando o processo de melhoria contínua da qualidade, esse sistema deve articular duas dimensões importantes: (INEP, 2009, p. 93)

a) avaliação educativa propriamente dita, de natureza formativa, mais voltada à atribuição de juízos de valor e mérito em vista de aumentar a qualidade e as capacidades de emancipação;

b) regulação, em suas funções de supervisão, fiscalização, decisões concretas de autorização, credenciamento, recredenciamento, descredenciamento, transformação institucional, entre outros, funções próprias do Estado.

Em outras palavras, a avaliação assim entendida ajuda a construir uma concepção de educação superior socialmente comprometida em seus objetivos e funções.

O SINAES é fundamentado num conjunto de princípios, pressupostos e premissas, que lhes dão coerência nos procedimentos e na organização e operacionalização dos processos e procedimentos (BRASIL, 2004, p. 83):

- a) Educação é um direito social e dever do Estado;
- b) Valores sociais historicamente determinados;
- c) O Estado e a sociedade têm responsabilidade na Regulação e controle
- d) A avaliação é Prática social com objetivos educativos
- e) Respeito à identidade e diversidade institucionais em um sistema diversificado
- f) O princípio da globalidade
- g) O princípio da legitimidade
- h) O princípio da continuidade.

São princípios relacionados aos valores e interesses sociais da educação. Estas premissas constantes na avaliação reflete uma clara preocupação com “os compromissos e responsabilidades sociais das instituições”, com a promoção dos “valores democráticos, o respeito à diversidade, a busca da autonomia e a afirmação da identidade” (BRASIL, 2004).

Além disso, o SINAES deve assegurar a articulação entre diversas dimensões e aspectos da avaliação, tais como, o quantitativo e o qualitativo; as dimensões internas e externas; o particular e o universal; o formativo (caráter educativo) e o somativo (caráter regulatório).

Desde a proposta avaliativa inicial até os dias de hoje, muitas alterações foram realizadas em função da identificação de pontos de estrangulamento ou inclusão de novos elementos que se fizeram necessários para adaptação de novos cursos inseridos na pauta e/ ou cenário vigente.

No período entre 2004 e 2007 havia grande preocupação em relação a função educativa ou formativa, avaliações etc. Já a partir de 2007, a preocupação com o desenvolvimento institucional cede lugar à preocupação com o desempenho e, os efeitos regulatórios assumem papel de destaque nos processos de avaliação institucional. (RIBEIRO, 2015).

Na fase final de ajustes do processo, foram incorporadas algumas alterações importantes: a definição do que seria o ciclo avaliativo, a introdução dos índices de qualidade

(Conceito Preliminar de Curso - CPC; Índice Geral de Curso - IGC; Conceito ENADE, entre outros), e o ENADE como elemento disparador do ciclo avaliativo.

O Conceito Preliminar de Curso – CPC, é obtido através da visita “in loco” dos avaliadores do Inep, tendo como base os indicadores contidos no Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação Presencial e a Distância, que será detalhado posteriormente.

O Índice Geral de Cursos (IGC) representa um indicador que tem como objetivo consolidar as informações relativas aos cursos superiores constantes dos cadastros, censos e avaliações oficiais disponíveis no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (SILVA, 2017).

O conceito IGC é calculado anualmente e considera os seguintes critérios para a apuração: a média dos Conceitos Preliminares de Curso (CPC) dos cursos avaliados no último triênio, isto é, no ano cálculo e dois anos anteriores, observado o ciclo avaliativo do Enade e com ponderação pelo número de matrículas em cada curso; média dos cursos de pós-graduação stricto sensu avaliados pela CAPES (para as instituições que possuem tais cursos); e distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação stricto sensu (SILVA, 2017).

Como os conceitos variam de 1 a 5, o conceito mínimo desejado é o 3, considerado bom, pois livra a IES de procedimentos de supervisão ou protocolo de compromisso com o Ministério da Educação, dispensando também as visitas in loco dos avaliadores externos por ocasião dos atos autorizativos.

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) visa avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para a atualização permanente, e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento. O Enade é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação, segundo diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sinaes.

O Enade é de caráter obrigatório, ou seja, por lei, o aluno irregular em relação ao Enade não pode realizar sua colação de grau. O exame é realizado por amostras de duas categorias: os alunos ingressantes e os concluintes. E é composto por três instrumentos: Componente Geral, Conhecimento Específico e o cálculo do IDD.

De acordo com a Portaria nº 125/2009, do Inep, o Enade é um instrumento de avaliação realizada por uma prova composta de 40 questões, no total, podendo ser respondida em até 4 (quatro) horas, contemplando a avaliação do componente de formação geral comum aos cursos de todas as áreas e um componente específico da área de conhecimento.

2.1 INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL E A DISTÂNCIA

O modelo atual de Avaliação de Cursos de Graduação, que determina o Conceito do Curso (CC), via sistema e-MEC, é calculado com base na média aritmética ponderada dos conceitos das dimensões, os quais são resultados da média aritmética simples dos indicadores das respectivas dimensões.

A avaliação é baseada em três dimensões: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e a na Infraestrutura da IES e nos Requisitos Normais e Normativos que não fazem parte do cálculo.

A Dimensão 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA: está fundamentada na análise e na coerência do Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI, que denota o planejamento de médio e longo prazo da IES e no Projeto Pedagógico do Curso-PPC que reflete a proposta e a estrutura do curso (a matriz curricular, o perfil do egresso, as formas de avaliação, conteúdo programático, etc.)

A Dimensão 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL, consiste no detalhamento do corpo docente no que se refere à formação acadêmica, experiência profissional, tempo de dedicação ao curso e a IES e sua participação na discussão das diretrizes e ajustes do curso, o Núcleo Docente Estruturante – NDE.

A Dimensão 3: INFRAESTRUTURA, refere-se à área física: sala de aula, laboratórios, biblioteca, acessibilidade, e também na área tecnológica: computadores, internet, softwares, etc.

Cabe ressaltar que para efeito de Autorização de Curso, a dimensão infraestrutura se sobrepõe em termos de peso (40%) e 30% para as outras, enquanto nos casos de Renovação e Reconhecimento, prevalece a Organização Didático-Pedagógica (40%) e 30% para as outras.

No início do segundo governo Lula, em 2008, alguns ajustes começaram a ser feitos no SINAES. Vários autores defendem que tais mudanças descaracterizaram profundamente a política implementada até então pela Lei 10.861 (BARREYRO, 2008; LEITE, 2008; LIMANA, 2008; SOBRINHO, 2008; POLIDORI, 2009; ZAINKO, 2008). As alterações sublinhadas ligam-se, especialmente, à criação e inclusão de índices (CPC, IDD, IGC, CI), responsáveis pelo ranqueamento criticado pelos opositores do ENC e idealizadores do SINAES, e que traziam de volta a lógica simplificadora da avaliação, reduzida a um produto: a nota final de um exame (SILVA, 2017, p. 4).

Entre os desafios presentes no contexto do SINAES na atualidade, alguns são, no mínimo, preocupantes (SILVA, 2017, p. 4):

- “utilização dos índices como sinônimo de qualidade da educação;
- marketing institucional a partir de tais índices, quando eles são favoráveis, ou silenciamento sobre as notas obtidas, quando elas são desfavoráveis;
- a equiparação de instituições radicalmente distintas do ponto de vista da organização acadêmica (por exemplo, faculdades de pequeno porte e cujas atividades se restringem ao ensino são equiparadas a grandes universidades públicas federais, nas quais se encontram consolidados o ensino, a pesquisa e a extensão);
- destaque dado a outros sistemas de ranqueamento alheios aos SINAES e que, embora de consistência muito duvidosa, possuem forte repercussão na mídia e consequente apelo de mercado;
- a escassez de informações institucionais sobre o processo de avaliação interna nas páginas eletrônicas, visto que, dado o alcance social da educação, é de se esperar que haja publicidade das ações desenvolvidas, ainda que se trate de IES do setor privado, uma vez que o SINAES preconiza, em seu Art. 2º, —o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos”.

Os impactos dos resultados obtidos nos processos avaliativos são fundamentais para a IES e para o Curso em análise. Pois está em jogo a autorização para a abertura de um curso e/ou a continuidade do mesmo. Para tanto, as IES buscam se adaptar aos processos avaliativos, através da melhoria dos indicadores estabelecidos e atingir os resultados esperados, melhorando assim a qualidade dos cursos e da valorização da IES, e, conseqüentemente, o seu grau de Governança.

De acordo com o Código de Boas Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2009), suas premissas aplicam-se a qualquer tipo de organização, independentemente do porte, natureza jurídica ou tipo de controle.

A Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre os proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de Governança Corporativa procura alinhar interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, contribuindo para sua longevidade, metas que são aplicáveis a qualquer tipo de empresa, observando a sua estrutura interna e seu ramo de atuação. Os princípios básicos de Governança Corporativa que a norteiam são (IBGC, 2009): a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa.

Transparência: disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. A efetiva transparência resulta em um clima de confiança, tanto interno quanto nas relações com terceiros. Não se restringe aos relatórios financeiros, mas também aos demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que conduzem a criação de valor.

Equidade: Caracteriza-se pelo tratamento justo de todos os sócios e demais partes interessadas (stakeholders).

Prestação de Contas (accountability): Os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação, assumindo integralmente as conseqüências de seus atos e omissões.

Responsabilidade Corporativa: Os agentes de governança devem zelar pela sustentabilidade das organizações, visando a sua longevidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

A Governança Corporativa é um tema de abordagem multidisciplinar, composto por diversas áreas do conhecimento como economia, finanças, teoria organizacional, direito, ética, teoria da comunicação, teoria da informação, entre outros. Ela abrange a gestão interna, e externa da empresa, ou seja, suas relações com o mercado, a política de investimentos, a relação com os acionistas, o processo sucessório, a profissionalização da gestão, de forma que os envolvidos tenham conhecimento dos resultados econômicos e financeiros, seus projetos e objetivos de médio e longo prazo, e justificativa dos mesmos (RODRIGUEZ & BRANDÃO, 2010).

O objetivo de toda empresa é maximizar o seu resultado, buscar longevidade, através da medida adequada para assumir riscos e buscar os retornos esperados.

As IES não são exceção, inclusive muitos grupos que atuam no setor educacional estão optando pela abertura de capital e a transparência e a prestação de contas assumem papel relevante na gestão.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa visa analisar a importância dos processos avaliativos na melhoria da qualidade do ensino superior no Brasil. Para tanto, foi realizada uma pesquisa aplicada, de natureza qualitativa, baseando-se nos formulários preenchidos pelos avaliadores e também nas sugestões propostas.

Através da identificação dos principais indicadores: O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico de Curso (PPC), Núcleo Docente Estruturante (NDE), Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), o papel dos coordenadores, professores, a infraestrutura, etc. foram elaboradas diversas questões sobre a importância dos respectivos indicadores nos instrumentos avaliativos e também como forma de viabilizar a melhoria da qualidade no ensino superior.

Esta análise admite tanto abordagens quantitativas quanto qualitativas, pois não são mutuamente excludentes, elas podem ser utilizadas de forma complementar. Presta-se tanto aos fins exploratórios quanto ao de verificação, confirmando ou não hipóteses ou suposições preestabelecidas. A análise de conteúdo é composta por três etapas: a) a análise preliminar, b) a exploração do material, c) tratamento dos dados e interpretação (VERGARA, 2010).

3.1 Delimitação da Pesquisa

Essa pesquisa tem certa delimitação de sua área de abrangência dos respondentes pois considera uma quantidade de professores, gestores e pesquisadores na ordem de 30 pessoas; todas elas conectadas com a rede dos autores que desenvolveram esse estudo.

3.2 Estratégia de Coleta de Dados e Instrumento de Pesquisa.

Para a realização desse estudo criou-se um questionário abordando aspectos relacionados à Organização Didático-Pedagógica, o Corpo Docente e Tutorial e a Infraestrutura, itens que compõem o processo avaliativo dos cursos, e disponibilizado através do Google Docs para um grupo de Avaliadores. O Google Docs dessa maneira é caracterizado como uma ferramenta que contribuiu para a realização de uma pesquisa eletrônica do tipo survey.

Após a concepção do questionário, validou-se no grupo de estudos as questões propriamente ditas. Cada indicador deveria ser avaliado em seu grau de contribuição / participação para melhoria dos cursos, que poderia variar de 0% a 25%, de 25% a 50%, de 50% a 75% e de 75% a 100%.

A pesquisa foi enviada a aproximadamente 30 professores e gestores que são ou já foram avaliadores do MEC/INEP, caracterizando-se dessa forma, pessoas com forte experiência na avaliação tanto de cursos como avaliadores institucionais. Os respondentes atingiram o número de 14 respondentes..

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nas tabelas abaixo, foram selecionados os principais indicadores e seus respectivos resultados, oriundas da pesquisa realizada.

Quadro 1- Organização Didático-Pedagógica

Indicador	Resultado qualitativo
O PDI, contribui, interage na elaboração na melhoria do projeto pedagógico de curso – PPC?	Grande parte dos respondentes afirmam que essa contribuição se dá quando o alinhamento do mesmo é disseminado para o coordenador que tem por finalidade indicar a estratégia da instituição.

Quanto aos conteúdos curriculares, provenientes do PPC, tendem a gerar aprendizado aos alunos?	No que tange ao ensino/aprendizagem, a de se ressaltar que os conteúdos curriculares geram conhecimento aos alunos, balizando assim o aprendizado do aluno.
O que acredita que seja necessário incentivar a IES quanto ao apoio aos discentes?	<p>É necessário que haja um maior nivelamento pedagógico junto aos discentes; disponibilizando maiores oportunidades de trabalho aos mesmos;</p> <p>Boa parte dos pesquisados diz que há necessidade de maior apoio psicopedagógico, maior participação em projetos sociais, e que haja um plantão de dúvidas a esses alunos;</p> <p>Disponibilizar mais bolsas de estudo.</p>
Em que as TICS contribuem para o projeto pedagógico do curso?	<p>Grande parte dos entrevistados acredita que o ambiente virtual de aprendizagem reforça o processo de modernidade do ensino.</p> <p>As TICS pode auxiliar na comunicação com os alunos, nas informações a toda comunidade acadêmica, na segurança em relação aos registros acadêmicos e diplomas.</p>
Participação do NDE (Núcleo Docente Estruturante) para o desenvolvimento do curso-aluno?	A maioria dos respondentes afirma que o NDE é importante para o desenvolvimento do curso e conseqüentemente ao aprendizado do aluno.
Plano de carreira docente	Quanto ao plano de carreira docente é importante que de fato seja real a implantação de uma plano de carreira docente, dessa forma incentivado e motivando o professor. É importante ainda que se tenha uma transparência nesse processo.
Políticas de pesquisa	As políticas de pesquisa precisam de fato existir, independentemente da instituição ser uma Faculdade. Há necessidade de que hajam projetos de iniciação científica em desenvolvimento e horas pesquisa a professores em seus trabalhos de orientação desses estudos.

	A produção discente deve ser valorizada e devendo ter como diferencial o incentivo à esses alunos – tudo isso contribui para a qualidade acadêmica e profissional.
--	--

Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 2 - Corpo Docente e Tutorial

Indicador	Resultado qualitativo
O papel do NDE	Todos os respondentes afirmam que o NDE contribui na melhoria da matriz curricular. Grande parte dos respondentes acreditam que a estrutura do curso é melhorada; Grande parte deles afirma que as indicações de livros na biblioteca são melhoradas.
O papel do Coordenador do Curso	Ficou evidenciado que o coordenador de curso atua de forma inadequada à frente da gestão do curso em relação ao seu tempo de dedicação. Já boa parte dos pesquisados afirmam que o coordenador tem um papel fundamental no desempenho do curso.
Qual função poderia o professor atuar em relação a obtenção de maior qualidade dos cursos	O papel do professor é fundamental na melhoria da qualidade do professor. Quanto mais dedicado for o professor melhor será o desempenho e qualidade desse curso. É importante também a sua qualificação tanto profissional como acadêmica. A Instituição pode contribuir mais com essa necessidade.
Experiência profissional Docente	A pesquisa aponta que os avaliadores acreditam que a experiência profissional do docente é de importante valor na formação aluno.
Docentes titulados envolvidos na área de pesquisa	A maior parte dos respondentes acredita que a participação de docentes em pesquisa importante para o aluno. Outro aspecto é que, mas mesmas devem ser desenvolvidas para contribuir com o desenvolvimento do aprendizado do aluno e deve ser aplicada.

Colegiado do curso	Para grande parte do pesquisados a participação do colegiado é muito importante na melhoria do curso, pois as discussões agregam a melhoria da qualidade do ensino/aprendizado. Ressalta-se que o colegiado do curso perdeu sua força de atuação com a criação do NDE dos cursos.
Comissão própria de avaliação – CPA	A CPA é um dos principais indicadores para os avaliadores, onde se bem conduzida e levada a sério pela Instituição, os indicadores resultantes contribuem e muito para a comunidade, tanto discente, docente como para as decisões e equipe de gestores.
Criação de uma cultura de auto avaliação da própria IES visando a melhoria contínua?	Os pesquisados acreditam que essa cultura de auto avaliação é de vital importância para a Instituição, questão até mesmo de sobrevivência.

Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 3 - Infraestrutura

Indicador	Resultado qualitativo
Quanto aos laboratórios, ambientes e cenários para a políticas e práticas didáticas e de serviços. A sua conformidade e importância no apoio às relações ensino aprendizado	Os laboratórios segundo os pesquisados, quando necessários são muito importantes para a aprendizagem dos alunos.
Biblioteca: o que a mesma pode contribuir para as comunidades acadêmicas.	Os pesquisados consideram que a biblioteca contribui de forma significativa para as comunidades acadêmicas.
Quanto as TICS na instituição de ensino, em que o mesmo poderia contribuir – Automatização dos processos	Os pesquisados acreditam fortemente que as TICS podem contribuir na agilização dos processos internos da instituição,

	trazendo assim satisfação à comunidade acadêmica.
--	---

Fonte: elaborado pelos autores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo discutir a percepção dos avaliadores que compõem o quadro de avaliadores do INEP, por meio dos indicadores e as dimensões abordadas, como instrumento de melhoria da qualidade dos Cursos e conseqüentemente da boa Governança.

Para tanto, foi enviado um questionário para um grupo de avaliadores abordando aspectos relacionados à Organização Didático-Pedagógica, o Corpo Docente e a Infraestrutura, para discutir itens que compõem o processo avaliativo dos cursos.

A grande maioria dos avaliadores acreditam que a IES utilizam os indicadores do instrumento de avaliação como ferramenta de melhoria contínua. O conhecimento dos critérios de pontuação por parte das IES possibilita a busca pela identificação de pontos críticos, melhorando o desempenho das Instituições e dos cursos envolvidos.

Alguns indicadores como pesquisa científica, devem ser valorizadas pela instituição, mesmo não tendo a mesma uma certa obrigatoriedade.

Outro ponto que pode-se destacar é que a comissão própria de avaliação – CPA precisa ser levada a sério por parte da Instituição; constatou-se que muitas instituições não levam esse item tão importante da forma que deveriam.

É Fato que em muitos aspectos, fica uma margem de subjetividade na determinação dos indicadores, ou, são difíceis de mensurar na visita “in loco”.

Verifica-se que, no processo de avaliação há aspectos positivos, que proporcionam instrumento para a busca de melhoria contínua, fortalecendo a Governança das instituições em todas as suas perspectivas.

Como limitação desse estudo, sugere-se o teste em um número maior de respondentes a fim de que essa escala possa ser utilizada de forma quantitativa.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Antônia Brandão, **A avaliação da educação Superior: uma breve análise no campo teórico-conceitual**, revista *entreideias*, Salvador, v. 1, n. 2, p. 27-45, jul./dez. 2012.
- CERVO, Amado Luiz, **Metodologia Científica**, São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- FERREIRA, Celma Duque, et. al., **Política de Avaliação do MEC/INEP: um estudo sobre a percepção dos agentes envolvidos no processo de avaliação do curso de Ciências Contábeis**, Revista FAE, Curitiba, v. 14, n.2, p. 100-113, jul-dez. 2011.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- IBGC - Instituto brasileiro de governança corporativa - Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, 2009. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, **SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**, 5ª edição, revisada e ampliada, Brasília, INEP, 2009.
- MAINARDES, Emerson Wagner & DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza. **Qualidade de cursos de administração e Instituições de ensino superior em Joinville – SC: um estudo sobre fatores relacionados ao mercado de trabalho na percepção dos alunos**, São Paulo: Revista Brasileira de Gestão de Negócios, v.12, n.35, p. 208-223, abr/jun. 2010;
- OLIVEIRA, Edison T. De & PICONEZ, Stela Conceição B., **A Avaliação da educação superior nas modalidades presencial e a distância: análises com base no Conceito Preliminar de Cursos (CPC)**, Avaliação, Campinas, Sorocaba, SP, v. 22, n.03, p. 833-851, nov. 2017
- RIBEIRO, Jorge Luiz Lordêlo de Sales - **SINAES: o que aprendemos acerca do modelo adotado para avaliação do ensino superior no Brasil**, Avaliação, Campinas, Sorocaba, SP, v. 20, n.1, p.143-161, mar-2015.

RODRIGUEZ, g.m. & BRANDÃO, m.m., **Visões da Governança: a realidade das sociedades por ações e a sustentabilidade**, São Paulo: saraiva, 2010.

SILVA, ASSIS LEÃO, et. al, **O uso de índices de avaliação como argumento de qualidade das instituições de educação superior**, 3º. simposio avaliando ensino superior, setembro de 2017, Florianópolis, SC.

TOGNARELLI, Vanda Rutkowski, **Avaliação Institucional: do processo construído à vivencia do SINAES – a consolidação dom sujeito coletivo institucional**, São Paulo: Terracota, 2012.

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.